

FOGOS JUNINOS

Mauro Santayana

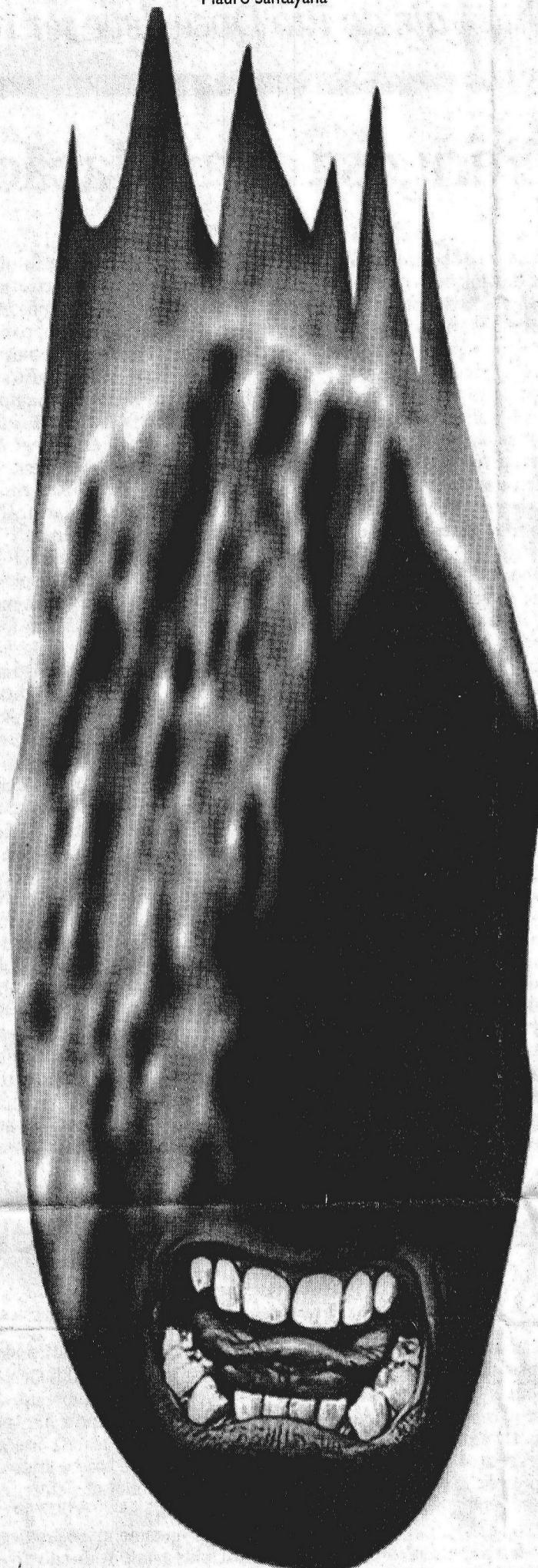


Ilustração: Fred Lobo

Nada há que tanto fascine, tanto atraia, tanto amedronte, como as chamas. O fogo é o mais intrigante dos estados da natureza, e que deu aos homens o primeiro sentimento do mistério e lhes abriu o caminho das descobertas. O fogo, convenhamos, é a porta do Absoluto. Talvez por isso, o perturbador Jean Cocteau, ao ser indagado sobre o que salvaria de um prédio em chamas, tenha respondido que salvaria o fogo. Podemos fazer tudo com o fogo, e o homem o usou para construir a História, mas não podemos brincar com ele. Brincar com o fogo é dar-lhe liberdade, permitir que as suas labaredas montem as ondas do vento e percorram as pradarias secas, conforme a metáfora da revolução criada por Mao-dzé-dung.

O governo pode não ser constituído de piromaníacos, mas está brincando com fogo. Ao atribuir aos que o constetam a responsabilidade pela instabilidade social, o governo mente e provoca o brio dos trabalhadores e marginalizados. O caso dos sem-terra é exemplar. Há décadas que passageiros são assassinados neste país, e, a não ser um ou dois casos isolados, os assassinos nunca foram punidos. Admitindo-se que seja verdade (o que a própria Polícia Federal começa a pôr em dúvida) o assassinato de pistoleiros no Maranhão, é a primeira vez que as vítimas de sempre passam a ser agressoras. Era o pretexto que faltava ao governo. Imediatamente, o chefe de Estado, tão cordial com os estrangeiros e com os ricos de modo geral, determinou medidas de retaliação.

A ocupação de terras não é, sabemos disso, a melhor forma de se exigir a reforma agrária. Mas não se pode condenar o método, quando se trata de terras públicas vazias ou de terras públicas ocupadas irregularmente. Nos casos mais conhecidos, como o das fazendas griladas por fazendeiros pertencentes às oligarquias paulistas, no Pontal do Paranapanema, e da Fazenda Macaxeira, no Pará, não há como incriminar a ocupação. As terras são públicas e a sua ocupação anterior havia sido ilícita. Se um só homem pode cercar milhares de hectares e assumir a posse das glebas de todos, por que não podem fazê-lo centenas de famílias? Se o Movimento dos Sem-Terra começa a perder o controle sobre a ação dos desesperados, a que deve essa mudança? Ela se deve à política governamental, que nos quer fazer acreditar na prosperidade fundada no desemprego, na recessão industrial, na falência das empresas privadas e na destruição dos equipamentos do Estado.

Todos nós, em nossa vida pessoal, sabemos que só produzindo mais poderemos viver melhor, hoje ou amanhã. Qual de nós pode acreditar que podemos matar os nossos filhos de fome, a fim de manter uma boa conta bancária? E, mais ainda qual de nós seria suficientemente néscio a ponto de tomar dinheiro emprestado em um banco a 20% e aplicá-lo em outro a 5% ao ano? Por mais estranho que isso nos possa parecer, aos que não estudamos nas grandes universidades do mundo, é isso que vem fazendo o governo.

Nos últimos dezoito meses, o que

ocorreu? O governo montou a estabilidade da moeda sobre a redução do consumo interno e a formação de divisas mediante empréstimos externos. As duas medidas mantiveram, é certo, o equilíbrio cambial, com a estabilidade (até certo ponto) da moeda, mas a que preço? A agricultura, no primeiro momento, e as atividades produtivas em geral, no segundo momento, arcaram com o sacrifício. Entre outros resultados sociais dessa política incendiária, tivemos o aumento de desempregados e desesperados no campo e nas cidades. É certo que engrossam os contingentes dos sem-terra homens e mulheres

que nunca manejaram uma enxada, mas que outros caminhos lhes deixou o governo? O de se alistar nas pequenas máfias de traficantes de drogas? O de organizarem (como estão organizando, também) pequenas quadrilhas para assaltar e sequestrar?

Não entendeu ainda o sr. Fernando Henrique que o seu governo está perdendo a autoridade porque não vem sabendo exercê-la. Como pode o governo estimular os ataques ao Congresso, mandando os seus "formadores de opinião" censurar os deputados, que recebem R\$ 8 mil por mês, quando a sra. Elena Landau, para vender o patrimônio público, rece-

bia "cerca de R\$ 13 mil" de salários, conforme matéria divulgada pelo *Jornal do Brasil*? Como pode o sr. Reinhold Stephanes bancar a vestal de túnica alva e inconsútil, quando, conforme denúncia indesmentida, contou como tempo de serviço, a fim de aposentar-se com pouco mais de quarenta anos de idade, o de frequência a uma escola técnica do Paraná, quando não havia escola técnica federal no Paraná?

Não pode reivindicar autoridade um governo que, conforme denuncia Aloysio Biondi, em sua coluna na *Folha de S. Paulo* de quinta-feira, emprestou, da forma que o fez, R\$ 6 bilhões ao Banco Nacional, a fim de que ele pagasse a alguns credores. Como o banco não tivesse garantias para tanto, o próprio Banco Central, que fez a operação, comprou R\$ 7,2 bilhões em títulos podres de quatro grandes bancos e os entregou ao Nacional, que os devolveu ao BC, a fim de lastrear o empréstimo. Essa operação, acompanhada de outros escândalos paralelos, não chegou ao conhecimento do público.

A ditadura militar havia chegado ao cúmulo do absurdo ao impor, pelo AI-5, os chamados *decretos secretos*. O governo, aparentemente democrático, do sr. Fernando Henrique (e a observação é de Biondi) decretou que as decisões do Conselho Monetário Nacional são de caráter sigiloso. O dinheiro é nosso, o segredo é deles.

Enquanto o presidente critica o pessimismo da Oposição, os fatos o corrigem. Um deles: as falências cresceram 6,7% em maio deste ano, com relação a abril. Outro fato: a dívida pública federal subiu, em abril (o Banco Central ainda não divulgou os números de maio), de R\$ 138 bilhões para R\$ 151 bilhões. Os 13 bilhões de diferença são mais assustadores quando transformados em números relativos ao PIB: correspondem a 1,14% de toda a produção anual do país. Há mais: de acordo com o economista Lauro Faria, da Fundação Getúlio Vargas, os juros no Brasil continuam sendo os mais altos do mundo. O economista mostra a fragilidade da economia brasileira exatamente na alta taxa de juros: longe de estimular os investimentos sérios, os juros altos indicam os riscos elevados de quem os oferece, e só atraem os especuladores. Para se ter uma idéia, os juros reais médios do Brasil foram de 22,1% no ano passado e neste primeiro semestre de 96, quando no resto da América Latina não passaram de 6%.

A conta é singela: quando, em qualquer economia (seja a doméstica, seja a nacional), o crescimento do produto bruto (ou seja, da produção de riquezas) é maior do que os juros pagos, há enriquecimento; quando a taxa de juros é superior à do crescimento do produto (ou seja o PIB, no caso dos países), a diferença é a pobreza. Os tecnocratas medem essas diferenças em números. Os ricos, que se beneficiam dessa política enlouquecida, medem-nas em suas contas no exterior. A sociedade nacional pode aferi-las nos mortos de Caruaru, Santa Genoveva, Eldorado dos Carajás e do Maranhão.

É assim que se brinca com fogo.

Mauro Santayana é jornalista